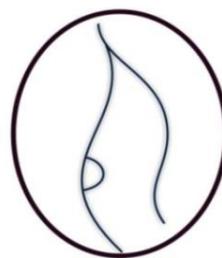




INTERFACE
ISSN 2448-2064



7

POLÍTICAS PÚBLICAS EM TURISMO NA AMAZÔNIA LEGAL: ANÁLISE DA ATIVIDADE POLÍTICA DOS DEPUTADOS FEDERAIS DO TOCANTINS (1988-2021)

PUBLIC POLICIES ON TOURISM IN THE LEGAL AMAZON: ANALYSIS OF POLITICAL ACTIVITY OF FEDERAL DEPUTIES OF TOCANTINS (1988-2021)

Filipe Guimarães
prof.filipeguimaraes@gmail.com

Alex Pizzio
alexpizzio@uft.edu.br

Jadson Luis Rebelo Porto
jadsonporto1967@gmail.com

Resumo

Pesquisas sobre *Políticas Públicas em Turismo na Amazônia Legal* são incipientes no meio acadêmico, um convite à investigação. O principal objetivo deste artigo é realizar um levantamento das *políticas públicas em turismo* dos deputados federais do Tocantins. A metodologia utilizada, de natureza quantitativa, trabalhou, principalmente, com fontes primárias que integram o portal da Câmara dos Deputados, a partir da questão orientadora: Quais foram as políticas públicas em turismo desenvolvidas pelos deputados federais tocaninenses no âmbito da Câmara dos Deputados? Como resultado, mapearam-se as ações de todos os representantes, ensejando a construção de uma percepção histórica sobre o turismo no estado, bem como, constatou-se a discreta visibilidade do setor turístico que, de forma gradativa, tem conquistado o seu espaço. O artigo, essencialmente analítico, desenvolvido em um pós-doutoramento, é uma contribuição inédita inaugurando nicho investigativo que amplia a literatura especializada voltada a Amazônia Legal.

Palavras Chaves: Políticas Públicas; Turismo; Amazônia Legal; Deputados Federais; Tocantins.

Abstract

Research on Public Policy on Tourism in the Legal Amazon is incipient in the academic environment, an invitation to investigation. The main objective of this article is to carry out a survey of public policies in tourism of the federal deputies of Tocantins. The methodology used, of a quantitative nature, worked, mainly, with primary sources that integrate the portal of the Chamber of Deputies, from the guiding question: What were the public policies in tourism developed by the federal deputies of Tocantins within the scope of of the Chamber of Deputies? As a result, the actions of all representatives were mapped, giving rise to the construction of a historical perception about tourism in the state, as well as the discreet visibility of the tourist sector that, gradually, has conquered its space. The article, essentially analytical, developed in a post-doctorate, is an unprecedented contribution opening an investigative niche that expands the specialized literature focused on the Legal Amazon.

Keywords: Public policy; Tourism; Legal Amazon; Federal Deputies; Tocantins.

Introdução

Investigações no âmbito de *Políticas Públicas em Turismo na Amazônia Legal* ainda são discretas na academia brasileira, constituindo-se um campo oportuno para reflexões críticas por pesquisadores do turismo ou de políticas públicas sobre este setor. Elucidamos esta afirmação a partir de levantamentos realizado nas plataformas *Scielo*, *Scopus* e *Periódicos CAPES/MEC* no ano de 2021.

Pela plataforma *Scielo*, ao pesquisar as *strings* “políticas públicas turismo”, conjuntamente, a busca retornou com 102 (cento e dois) artigos. Quando a busca foi refeita acrescentando a *string* “Amazônia” só foi encontrado um artigo de 2011, sobre políticas públicas no estado do Pará. Do mesmo modo, ao procurarmos por “Políticas Públicas Turismo Câmara dos Deputados” ou por “Políticas Públicas Turismo Deputados”, foi encontrado apenas um artigo, o mesmo documento nos dois casos. Quando foi realizada a busca por “Políticas Públicas Turismo Amazônia Legal” nenhum documento foi encontrado.

Já na plataforma *Scopus*, ao realizarmos a busca: “Políticas Públicas Turismo Amazônia Legal” foram indicados 8.576 registros, entre revistas científicas, livros e páginas na internet. Contudo, após o exame de todos os títulos dos documentos, evidenciou-se que, semelhantemente, nenhum deles tinha conexão direta com a temática, sugerindo concluir que o programa sugerira documentos aleatórios, a maioria em inglês, vinculados a áreas como: saúde, ciências jurídicas, economia, inteligência artificial. atestando a raridade deste tipo de pesquisa e, por outro lado, a singularidade do presente artigo.

O Portal de Periódicos CAPES/MEC, por sua vez, indicou apenas dois artigos vinculados diretamente à temática “Políticas Públicas Turismo Tocantins”, nenhum deles relacionado aos Deputados Federais do Estado. Tais resultados fortaleceram a convicção na realização deste trabalho exploratório.

Almejando conhecer as discussões e ações voltadas ao Turismo por parte dos Deputados Federais do Tocantins, buscou-se levantamentos documentais que forneceram informações sobre projetos turísticos, dados para elaboração de quadros estatísticos, conhecimento sobre as principais atividades turísticas e nomes de cidades consideradas turísticas no estado.

O estudo utilizou a metodologia quantitativa, realizada a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando como principal fonte de documentos os registros encontrados no site da Câmara dos Deputados (<https://www.camara.leg.br/>). De posse dos dados obtidos realizou-se uma categorização e descrição estatística.

A questão-problema formalizada para a pesquisa foi: Quais foram as políticas públicas em turismo desenvolvidas pelos Deputados Federais tocantinenses no âmbito da Câmara dos Deputados?

Para abordar a questão problema, optou-se pela seleção e análise dos documentos oficiais, que se encontram disponíveis *on line*, elaborados pelos parlamentares, bem como registros de seus discursos e diálogos, durante mandato na Câmara, possuidores de vínculo com a atividade turística no estado do Tocantins.

O objetivo da pesquisa consistiu em inventariar, para fins históricos e analíticos, as ações dos representantes do Tocantins, na Câmara dos Deputados, no âmbito de *políticas públicas em turismo*, desde o nascedouro do Estado (1988), até o presente (2021).

A pesquisa justifica-se por ser uma contribuição inovadora para o estudo de políticas públicas em turismo na Amazônia Legal, ajudando a suprir uma ausência de trabalhos referenciais que abordem a história do turismo no estado do Tocantins na esfera pública.

O artigo está estruturado em quatro seções principais: A primeira, “*Metodologia*”, contém a metodologia da pesquisa; a segunda, “*Políticas Públicas em Turismo na Amazônia Legal: um breve histórico*”, foram trabalhados o referencial teórico do artigo e um levantamento histórico das políticas públicas voltadas à Amazônia Legal. Na terceira seção, “*Políticas Públicas em Turismo para o*

Tocantins”, o enfoque foi a construção de uma narrativa histórica das políticas públicas em turismo da bancada tocantinense beneficiando o estado. A quarta, e última seção, intitulada “*Deputados Federais do Tocantins: Dados e estatísticas sobre a atividade pública no período 1988–2021 com ênfase no Turismo*” é o âmago da pesquisa, onde são expostas, várias tabelas informativas e análises, que além de abranger o turismo, servem para aguçar a percepção sobre cenário político tocantinense a partir da Câmara dos Deputados Federais. Integram a essa seção as subseções *Atividades política na Câmara Federal: informações gerais sobre os parlamentares tocantinenses* e *Atividades política na Câmara Federal: ações dos parlamentares tocantinenses voltadas ao Turismo*; Por fim, nas “*Considerações Finais*” apresenta-se uma breve sistematização da história do turismo no estado do Tocantins.

Metodologia

O método utilizado para a pesquisa foi o quantitativo. Quanto às técnicas de pesquisa selecionadas foram utilizados os seguintes procedimentos: Coleta bibliográfica e descritiva para as bases de fundamentação teórica; coleta documental online para levantamento de dados acerca dos Deputados Federais do Tocantins.

Na construção da seção, “*Políticas Públicas em Turismo na Amazônia Legal: Um breve histórico*”, tendo como finalidade colocar os pesquisadores em contato com a produção e registro relativo ao tema em seu aspecto mais amplo, Amazônia Legal, utilizou-se a pesquisa bibliográfica que “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Sequencialmente, a seção “*Políticas Públicas em Turismo para o Tocantins*” foi trabalhada através da perspectiva documental, que, por sua vez, tem como um dos principais fundamentos a ação de recorrer a fontes sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão. As fontes para seção foram obtidas através do site da Câmara dos Deputados Federais (Quadro 1).

Quadro 1: Documentos selecionados no portal da Câmara dos Deputados

Discurso do Deputado Eduardo Gomes em 11/04/2003.
Discurso do Deputado Maurício Rabelo em 10/10/2003.
Requerimento de Informação nº de 2003 (Sra. Kátia Abreu).
PL 2812/2003. Ementa: Estabelece regras de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.
Discurso do Deputado Vicentinho Alves em 22/06/2007.
REQ 70/2007 CAPADR.
Projeto de Lei Complementar n.º de 2007 (Sr. ZEQUINHA MARINHO). (Não aparece o número)
Discurso do Deputado Vicentinho Alves em 23/04/2007.
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Redação Final Projeto de Decreto Legislativo nº 672-B de 2008.
Discurso do Deputado Vicentinho Alves em 03/11/2008.
PL 661/2015. Ementa: Cria a Área de Proteção Ambiental Rio-Parque do Araguaia.
1. Dorinha consegue liberação de R\$ 3 milhões para cinco municípios do TO.
PL 1345/2015. Ementa: Institui o Fundo Nacional de Apoio à Região do Jalapão - Funjalapão, e dá outras providências.
Projeto cria fundo para região do Cantão, em Tocantins.
2. Dorinha libera mais de R\$ 7 milhões para o Tocantins.

Discurso do Deputado Carlos Henrique Gaguim em 29/06/2017.
Requerimento nº, de 2017 (Sr. Carlos Henrique Gaguim).
Discurso do Deputado Carlos Henrique Gaguim em 02/08/2017.
Discurso do Deputado Carlos Henrique Gaguim em 25/02/2019.
Requerimento nº, de 2019 (Sr. Leur Lomanto Junior).
Discurso do Deputado Osires Damaso em 14/02/2019.
Projeto busca proteção ambiental da região hidrográfica do Tocantins-Araguaia.
Discurso do Deputado Tiago Dimas em 27/04/2020.

Elaboração autores (2022)

Por último, a seção intitulada “*Deputados Federais do Tocantins: Dados e estatísticas sobre a atividade pública no período 1988–2021 com ênfase no Turismo*” (Seção nº 4), cerne deste artigo, também de caráter documental, consistiu em um tratamento analítico-descritivo de todos os deputados que representaram, ou representam, o estado do Tocantins. Analisou-se cada uma de suas proposições buscando identificar a ligação com políticas públicas em turismo. Os dados foram extraídos do perfil dos deputados que se encontra no site da Câmara dos Deputados.

Políticas Públicas em Turismo na Amazônia Legal: Um breve histórico

Políticas Públicas podem ser definidas como “as ações empreendidas ou não pelos governos que deveriam estabelecer condições de equidade no convívio social, tendo por objetivo, dar condições para que todos possam atingir uma melhoria de qualidade de vida compatível com a dignidade humana”.

Por “ações empreendidas” deve-se entender toda e qualquer atividade, independentemente de sua implementação, que indique uma intenção por parte das autoridades constituídas, desde um discurso, proposição documental em análise ou arquivada, ou mesmo a execução de um projeto, que neste caso, gerou efeitos sensíveis, bem como, decisões pela não realização dos projetos. A partir desta perspectiva adota-se aqui o entendimento de políticas públicas na Câmara dos Deputados, pois,

A política pública é realizada em nome do “público”, geralmente feita ou iniciada pelo governo, interpretada e implementada por atores públicos e privados, e ainda, o que o governo pretende fazer e o que escolhe não fazer. Percebe-se, então, que a política pública está diretamente ligada às atividades políticas do governo ou a seus planos de ação (MOSER, CARVALHO, 2021).

O Estado tem primazia decisória na elaboração de políticas públicas e gestão dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento sustentável. É de sua competência ações voltadas à coordenação, legislação, regulamentação, planejamento, empreendimentos, incentivos financeiros, encorajamento a atuação social e a promoção do turismo sustentável (DIAS, MATTOS, 2013). Desta forma, deve-se estabelecer como fundamento da pesquisa em políticas públicas em turismo, a identificação de como o Estado, através de seus representantes, tem atuado na área (HALL, 2021).

O estudo em políticas públicas não dispõe de um método uniforme. É uma pesquisa desenvolvida sobre as bases da instabilidade institucional do Estado. Por isso deve levar em conta a multiplicidade, a volatilidade e inconstância dos arranjos institucionais e dos processos políticos que dificultam a construção de afirmações com um grau de generalização muito elevado (BEYME, 1985), principalmente no âmbito da Amazônia Legal, onde a produção acadêmica sobre políticas públicas em turismo é rara.

Conquanto as primeiras políticas públicas de estímulo à economia regional amazônica remontem ao início do século XX, só na década de 1970 foram criadas as primeiras ações governamentais direcionadas a promoção do turístico na região. Após o Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), responsável pela criação do decreto lei 1.376/1974 que deu origem ao Fundo de

Investimento da Amazônia (FINAM), as portas se abriram para o desenvolvimento de ações que contemplavam diretamente ao Turismo (FARIAS, 2014).

Em 1977, a SUDAM lança o I Plano de Turismo da Amazônia (I PTA), cujas ações deveriam ser implementadas entre os anos de 1980 e 1985, que continha como premissas: a proteção da natureza, os benefícios à participação e o respeito às culturas locais e o desenvolvimento econômico. O documento defende que,

Sem dúvida alguma, uma das grandes vantagens comparativas que a Amazônia tem reside no conjunto de atrativos culturais, históricos, artísticos e acima de tudo, naturais que possui. Este conjunto forma um produto turístico de grande potencial, capaz de gerar fluxos de turistas que, ao gastar dinheiro na região, podem aumentar a renda regional [...] (FARIAS, 2014).

No ano seguinte, 1978, o poder público assina o “Tratado de Cooperação Amazônica” (TCA) que teve como signatários os Estados: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, com o objetivo de promover ações conjuntas para o desenvolvimento da Bacia Amazônica associado à preservação ambiental e proteção da cultura indígena, o que incluía o turismo (GRUBER SANSOLO, 2013). Segundo o artigo XIII do TCA, as Partes Contratantes deveriam cooperar “para incrementar as correntes turísticas, nacionais e de terceiros países, em seus respectivos territórios amazônicos, sem prejuízo das disposições nacionais de proteção às culturas indígenas e aos recursos naturais”.

Apesar de todo o incentivo do primeiro plano, o Governo Federal entende que a situação do Turismo na Amazônia Legal ainda era muito frágil e precisava avançar para um estágio de maior amadurecimento. Assim, a SUDAM, em 1992, decidiu criar o II Plano de Turismo da Amazônia (II PTA) inaugurando um novo ciclo, cuja ênfase estava no Ecoturismo. Neste rumo,

A situação atual do ecoturismo no Brasil e, particularmente, na Amazônia é ainda incipiente, pouco se sabendo sobre o que é, realmente, o ecoturismo e quais as suas características. Por consequência, menor ainda é sua aplicação efetiva aos aspectos construtivos e operacionais da infraestrutura existente (FARIAS, 2014).

Diferentemente das diretrizes traçadas no I PTA, as estratégias que direcionavam o II PTA não eram voltadas apenas para o setor econômico. Nesta fase, além da preocupação econômica, a SUDAM passou a enfatizar a necessidade de se adequar à influência mundial, relacionando a atividade turística à sustentabilidade ambiental e social. É nesta circunstância que o turismo, em especial o Ecoturismo¹, é posto como alternativa para o desenvolvimento da Amazônia (NASCIMENTO, 2009).

Assim, a principal modalidade turística eleita para ser trabalhada no âmbito da Amazônia Legal foi o Ecoturismo, porém ainda era necessário avançar em sua compreensão. Utilizando-se do Programa Nacional de Ecoturismo (PNE), criado em 1996, o Governo Federal desenvolve uma ramificação chamada Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR), no ano de 1999, para pensar as ações turísticas voltadas a esta região.

O PROECOTUR foi estruturado em duas fases (pré-investimentos e investimentos). Na primeira, entre 2000 e 2005, as principais ações realizadas foram: planejamento do Ecoturismo na Amazônia, gerenciamento do Ecoturismo nas áreas selecionadas, fortalecimento do segmento ecoturístico e gerenciamento do programa. Porém, existiram outras ações como a realização do diagnóstico da oferta turística efetiva e potencial da Amazônia, estudos de mercado do turismo

¹ Amazônia Legal possui 15 polos ecoturísticos (no total abrangem 152 municípios), a saber: **Polo Vale do Acre**

sustentável para a Amazônia, elaboração da estratégia de turismo sustentável para a Amazônia e a realização de 45 cursos de capacitação nos polos da Amazônia (GRUBER SANSOLO, 2013).

A segunda fase do PROECOTUR, com características mais robustas, teve como marco o ano de 2007. Nesta época investimentos foram realizados objetivando o “fortalecimento institucional, Assistência técnica; Capacitação e Gerenciamento (NÓBREGA, 2008).”

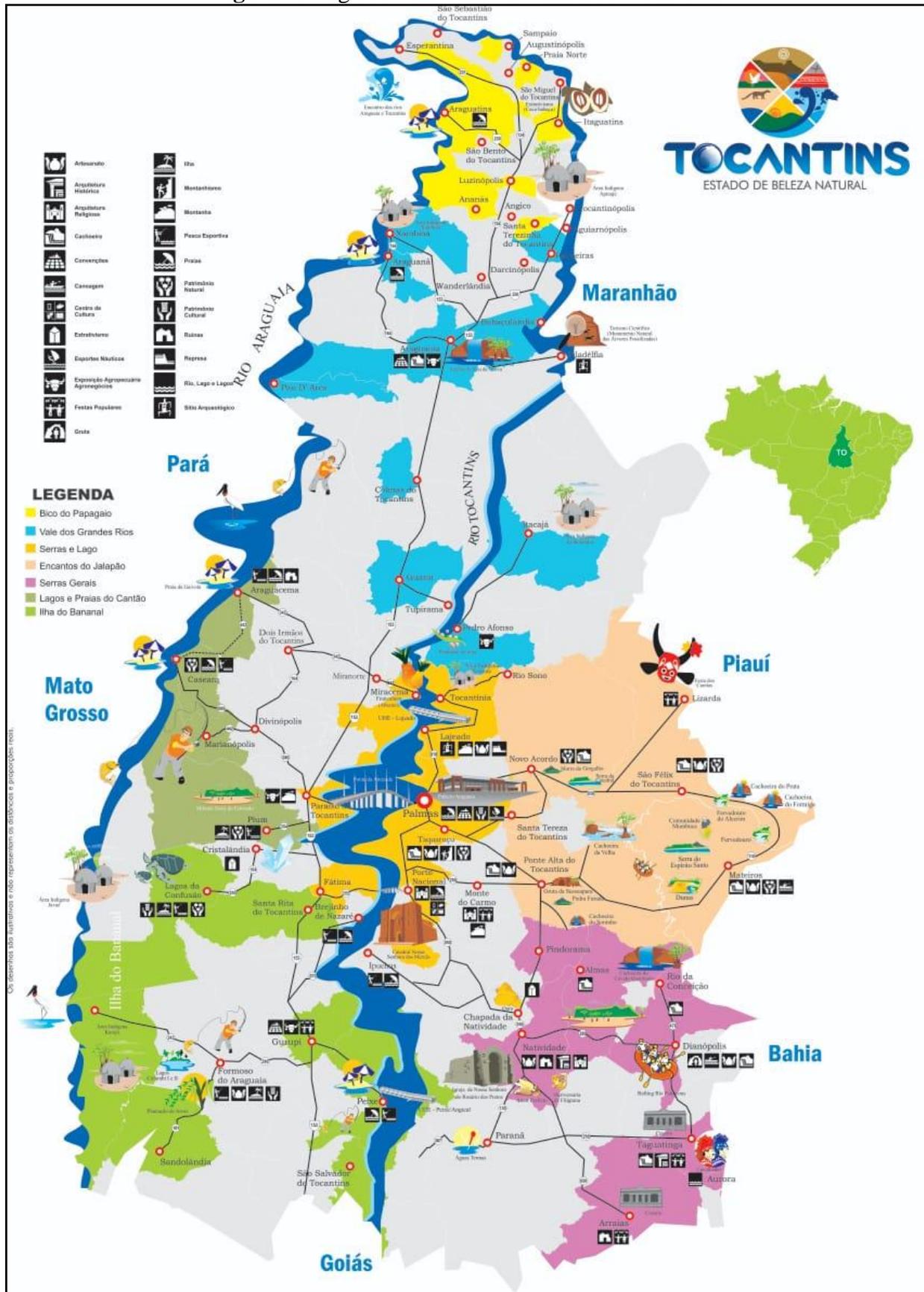
Como resultado destas políticas públicas, a imagem do que seja Turismo na Amazônia Legal ficou fortemente atrelada ao Ecoturismo. Atualmente, este seguimento é o segundo mais procurado pelos turistas internacionais que visitam o Brasil e o terceiro na esfera do turismo doméstico (BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO, 2019).

Políticas Públicas em Turismo para o Tocantins

Detentor de notórios produtos turísticos, o estado do Tocantins está localizado na Amazônia Legal, ocupando uma área de 277.720,52 km². Ele foi fundado em 05 de outubro de 1988, se constituindo a mais nova Unidade Federativa do Brasil, contendo, segundo o IBGE (BRASIL, IBGE, 2020), aproximadamente, 1.590.248 de habitantes e 139 municípios, e densidade demográfica de 4,98 de habitantes por km². Limitando-se a Oeste com os Estados do Pará e Mato Grosso, a Nordeste com Maranhão e a Leste com a Bahia (Figura 1) (POLO PALMAS, PDITS, 2016).

O Tocantins possui sete regiões turísticas, que agrupam um total geral de quarenta e nove municípios: Bico do Papagaio (Ananás, Araguatins, Itaguatins, Luzinópolis, Praia do Norte, Santa Terezinha e São Sebastião do TO); Encantos do Jalapão (Lizarda, Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins, Rio Sono, Santa Tereza do Tocantins e São Felix do Tocantins); Ilha do Bananal (Gurupi, Lagoa da Confusão, Peixe, Sandolândia, Santa Rita do Tocantins e São Salvador); Lagos e Praias do Cantão (Caseara, Marianópolis, Pium e Araguacema); Serras Gerais (Almas, Arraias, Aurora, Dianópolis, Natividade, Pindorama, Rio da Conceição e Taguatinga) Serras e Lago (Lajeado, Miracema do Tocantins, Palmas, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Tocantínia e Fátima) e Vale dos Grandes Rios (Araguaína, Araguaianã, Babaçulândia, Colinas, Guarai, Itacajá, Palmeiras, Pau D’Arco, Pedro Afonso e Xambioá).

Figura 1: Regiões Turísticas no Estado de Tocantins



Fonte: (TOCANTINS, 2021)

Segundo dados do Observatório do Turismo do Estado do Tocantins (OBSERVATÓRIO DO TURISMO, 2019), em 2019 o Estado recebeu 289,613 passageiros através do aeroporto de Palmas. Naquele ano, segundo dados do Cadastur, existiam 651 empresas cadastradas², responsáveis em gerar uma renda de R\$ 541,75 milhões de reais. Um ano antes, em 2018 a atividade econômica gerada pelo setor turístico correspondia a 3,8% do PIB estadual (empregando 40.057 pessoas), enquanto o PIB gerado pelo Turismo para o Brasil atingiu a marca de 8,1% no ano 2018. Os dados revelam que a contribuição do Turismo para o Tocantins ainda é discreta.

As primeiras políticas públicas voltadas ao turismo nesse Estado iniciam na primeira década do atual milênio. Conquanto seja correto afirmar que ações voltadas ao Turismo já ocorram, formalmente, a cerca de vinte anos no Estado, paralelamente constatou-se a ausência de estudos que trabalhem a história do desenvolvimento do turismo no Tocantins.

A construção histórica contida nesta seção foi elaborada a partir do portal da Câmara dos Deputados (www.camara.leg.br), entre os meses de março, abril e maio de 2021. Ao acessar o site, buscou-se as palavras “Turismo Tocantins”. Em seguida, foi selecionado no item “ordenar por” a opção “relevantes”, ação que, automaticamente, direcionou aos principais registros que, talvez, tivessem ligação com as palavras chaves.

No total foram fornecidos cem documentos aleatórios, distribuídos em dez páginas, que necessitavam ser triados para constatação de vínculo com a atividade turística tocantinense, ou não. Após o exame de cada um deles, organizando cronologicamente o material, constatou-se que vinte e três citavam o turismo no Estado, servindo de fonte para a construção do panorama histórico contido nesta seção.

Políticas Públicas em Turismo para o Tocantins: Atividades dos Deputados Federais tocantinenses em três décadas integrando o legislativo

O engajamento em políticas públicas, a partir da Câmara dos Deputados Federais, interessadas em atividades turísticas responsáveis, ecologicamente ordenadas e sustentáveis, para o estado do Tocantins, já tem cerca de 20 anos. Em 2003 o Jalapão foi apresentado no parlamento como um “roteiro obrigatório para os amantes da aventura e do ecoturismo”, pelo então Deputado Federal Eduardo Gomes do PSDB-TO (BRASIL, 2003a).

Naquele ano, a capital do Estado, Palmas, começava a ganhar destaque, nacional e internacional, principalmente no Canadá, em questões relativas à proteção ambiental e desenvolvimento sustentável, almejando o reconhecimento como uma *capital ecológica* (FIGHERA, 2005).

Ainda em 2003, o Deputado Maurício Rabelo fez dois discursos que abordaram o Turismo, considerado por ele a indústria sem chaminé. Em sua fala celebrando os quinze anos do nascedouro do estado do Tocantins, mencionou o potencial existente no território para atividade do ecoturismo, turismo de aventura e turismo religioso, enfatizando, sobre tudo, a importância da prática da pesca esportiva, no âmbito do turismo de pesca. Os municípios mencionados pelo Deputado, como expoentes para a atividade turística tocantinense, foram: Natividade, Porto Nacional, Arraias, Araguacema, Caseara, Ponte Alta, Monte do Carmo, Mateiros, Novo Acordo, Lajeado, Pium, Xambioá, São Félix do Jalapão, Ilha do Bananal, Cantão e Palmas (BRASIL, 2003b).

Apesar do potencial do estado para o desenvolvimento da pesca esportiva, principalmente de tucunarés azuis (*Cichla piquiti*) abundante na bacia Tocantins-Araguaia, ainda permanece incipiente em termos de apoios governamentais e de estratégia de desenvolvimento regional. As poucas ações visando potencializar essa prática, que tem sido muito bem sucedida em estados como o Pará, tem sido estimulada e agenciadas por atores locais tais como pequenos e médios empresários vinculados a atividade de comercialização de produtos de pesca, algumas poucas iniciativas de implantação de

² Destaque para as agências de turismo. No primeiro trimestre de 2020 eram 228 empresas.

pousadas destinadas a receber pescadores esportivos estimulando o pesque e solte e grupos de esportistas que defendem essa modalidade esportiva, como os tradicionais grupos de caiaqueiros³ da região.

Outra política pública ocorrida naquele ano, foi o requerimento elaborado e submetido à Câmara pela Deputada Katia de Abreu⁴ solicitando esclarecimentos por parte da então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, sobre a elevação de águas do rio Tocantins, ocasionada pelo aumento da vazão de água na Usina de Serra da Mesa (GO), prejudicando a atividade turística nas praias no município de Peixes, São Salvador e Brejinho de Nazaré, situados no Tocantins (BRASIL, 2003c).

Em caráter excepcional, registramos uma atividade oriunda do Senado, também ocorrida em 2003. O Senador Jefferson Peres submeteu a câmara o PL 2812/2003, que estabelece regras de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, contemplando, entre outros estados, o Tocantins (BRASIL, 2003d). Consta no artigo segundo, inciso primeiro que a atividade turística deve receber incentivos⁵.

No ano de 2007, o Deputado Vicentinho Alves utilizou a tribuna para divulgar um evento que aconteceria em Tocantins, chamado “5º Fórum do Lago”, que ocorreria em Palmas, tendo como objetivo discutir a eficácia na utilização do lago na perspectiva do desenvolvimento sustentável. O mesmo é formado pela barragem da usina hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães⁶, situada entre os municípios de Lajeado e Miracema. Entre as ações pautadas no evento estava a utilização do lago para a atividade turística no âmbito da pesca esportiva (BRASIL, 2007a).

Naquele ano o Deputado Marcelo Melo solicitou a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural a realização do “Seminário de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Alto Tocantins” que tinha, entre os seus objetivos, o uso múltiplo dos recursos hídricos na Bacia do Alto Tocantins, vindo a beneficiar o turismo. O documento também cita a necessidade de Planos de Turismo para Região da Biosfera e Serra da Mesa (BRASIL, 2007b).

Destacamos o Projeto de Lei Complementar de autoria do Deputado Zequinha Marinho que, em 2007, buscou criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento (Ride) do Polo Conceição do Araguaia/PA e Couto Magalhães/TO (composta pelos municípios tocantinenses de Araguacema, Arapoema, Bernardo Sayão, Caseara, Couto Magalhães, Juarina e Pau D’Arco). Entre os programas e projetos que deveriam ser considerados prioritários para região, encontravam-se aqueles voltados para o Turismo (BRASIL, 2007c).

Em discurso na Câmara, ainda naquele ano, homenageando o Embaixador do Brasil na Sérvia, Dante Coelho de Lima, tocantinense, o Deputado Vicentinho Alves falou da importância da Feira Internacional de Turismo em Belgrado e do apoio dado pela Secretaria de Turismo do Estado do

³ A prática de pesca esportiva com uso de caiaques é muito difundida na região.

⁴ Em 2007 um projeto de autoria da senadora Kátia Abreu foi aprovado pela câmara, autorizando a criação Escola Técnica Federal de Turismo do Araguaia, cuja sede se encontraria no município de Caseara-TO, destinada à formação de técnicos para atender às necessidades de qualificação de pessoal para o desenvolvimento do setor de turismo ao longo da bacia do rio Araguaia. Porém, o parecer pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária em 2010 levou o projeto a ser arquivado em 2013. Em abril de 2020, Katia de Abreu submeteu a Câmara dos deputados um Projeto de Lei (PL 5141/2019), que se encontra na Comissão de Turismo (CTUR), almejando instituir o estado do Tocantins como “Rota Nacional do Turismo de Aventura, Ecológico, Rural, de Sol e Praia Doce, de Vivência, Cultural, Religioso e Gastronômico”.

⁵ Art. 2º - O Sistema BNDES aplicará proporções crescentes do montante total dos recursos financeiros sob sua administração, disponíveis para o financiamento de investimentos, no apoio às seguintes atividades: I – financiamento às atividades produtivas, inclusive as do setor de prestação de serviços, abrangendo os segmentos de comunicação e turismo.

⁶ A usina é responsável em fornecer energia para os municípios de Tocantínia, Miracema, Lajeado, Palmas, Porto Nacional, Brejão de Nazaré e Ipueiras.

Tocantins, enfatizando o trabalho do embaixador na divulgação do potencial turístico e cultural do Tocantins entre os sérvios (BRASIL, 2007d).

No ano subsequente, 2008, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou o ato que autorizava a “Associação Comunitária de Apoio a Educação, Saúde, Segurança, Esporte, Lazer, Cultura, Turismo e Meio Ambiente às Associações de Bairros de Miracema do Tocantins-TO” para executar serviço de radiodifusão comunitária no referido município. Essa que é uma entidade também interessada na promoção da atividade turística naquela cidade (BRASIL, 2008a).

Em discurso celebrando os 20 anos da fundação do estado do Tocantins, o deputado Vicentinho Alves, também em 2008, falou do potencial do estado para o Turismo, destacando a grande variedade de praias e peixes, a presença da maior ilha fluvial do mundo (ilha do Bananal), a beleza do Jalapão e o seu capim dourado, responsáveis, na época, em ajudar a atrair mais de 100 mil turistas de todo país. Porém, enfatizou que ainda era necessário incentivar o Turismo no estado (BRASIL, 2008b).

No ano de 2015 a Deputada Dorinha Rezende, foi responsável em conseguir a liberação de emendas parlamentares na ordem de mais de três milhões de reais beneficiando o turismo, saúde e obra de infraestrutura urbana de cinco municípios no Tocantins. Cerca de dois terços deste recurso, dois milhões de reais, foi destinado para a construção do primeiro parque ecológico⁷ urbano em Araguaína (BRASIL, 2015a).

Outra exceção que registramos ocorrida naquele ano, foi o Projeto de Lei, PL 661/15, de autoria de um deputado da bancada de Goiás, Daniel Vilela, também buscando beneficiar o Estado do Tocantins, além dos estados de Goiás, Mato Grosso e Pará, através da criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Rio-Parque do Araguaia entre os estados. Entre os efeitos esperados desejava-se beneficiar, ordenar e estimular o turismo ecológico e a pesca esportiva (BRASIL, 2015b). O PL foi rejeitado em 2018.

O Deputado Carlos Henrique Gaguim, naquele ano, submeteu dois Projetos de Lei (PL) à Câmara. O primeiro, voltado a beneficiar o Jalapão, trata-se do PL 1345/15. A proposta visava criar o Fundo Nacional de Apoio à Região do Jalapão (Funjalapão), com a finalidade de promover o desenvolvimento daquela região, investindo em atividades de preservação da cultura local, a qualificação dos seus trabalhadores, o estímulo a produtos feitos pelas comunidades da região e o turismo sustentável (BRASIL, 2015c). Em 2019 o projeto tinha sido arquivado, porém, no mesmo ano, foi solicitado o seu desarquivamento e encontra-se tramitando no congresso.

O segundo, PL 1344/15, objetiva criar o Fundo Nacional de Apoio à Região do Cantão (Funcantão), cuja finalidade é promover o desenvolvimento da região do Cantão, bem como preservar o meio ambiente do Parque Estadual do Cantão. Os objetivos se assemelham ao PL 1345/15 (BRASIL, 2015d). O projeto continua tramitando, na atual fase, passando pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

A Deputada Dorinha Rezende, em 2016, foi responsável, novamente, pela liberação de mais de sete milhões de reais, que além de promover o turismo no estado do Tocantins, beneficiaria as obras de pavimentação asfáltica, reforma de praça, construção de balneário, reforma e cobertura de quadra poliesportiva, compra de equipamentos hospitalares etc. (BRASIL, 2016).

Percebe-se que em alguns momentos, a bancada do Tocantins buscou se articular em benefício do turismo. Entre os documentos presentes no site se encontra o Projeto de Lei Orçamentária, pleiteado pela bancada e aprovado pelo Congresso em 2016. Nele estavam contempladas áreas turísticas do estado que seriam beneficiadas com recursos federais. Entre elas existiam verbas destinadas a Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional e Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, que somavam mais de cinco milhões de reais.

No ano seguinte, 2017, o Deputado Carlos Henrique Gaguim, em discurso na Câmara, falou do seu trabalho para levantar recursos para investimento em Turismo no distrito de Luzimangues em

⁷ Eco Parque Cimba Benedito Vicente Ferreira, oficialmente inaugurado em 2018.

Porto Nacional com o propósito de criar uma praia (orla) e uma avenida para melhor servir os comerciantes (BRASIL, 2017a).

O mesmo Deputado, naquele ano, também fez um requerimento, encaminhado ao Ministério de Integração Nacional (extinto em 2019), solicitando autorização para realização de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, bem como, projetos de engenharia, com a finalidade da construção de Ponte sobre o Rio Araguaia⁸, município de Caseara, estado do Tocantins. Segundo o Deputado, a construção desta conexão também facilitaria o acesso à região turística do parque estadual do Cantão (BRASIL, 2017b).

Um segundo discurso na Câmara de Carlos Gaguim, ainda em 2017, visou chamar a atenção de ministros e do presidente da república, para algumas necessidades do Estado do Tocantins. Entre as reivindicações estavam: liberação de verbas para o turismo da cidade de Araguaia e liberação de emendas visando beneficiar o turismo de Palmas. O Deputado conseguiu a liberação, pelo Ministério do Turismo, de um milhão para apoio a projetos de infraestrutura turística no estado (BRASIL, 2017c).

No ano de 2019, o mesmo Deputado, fez um pronunciamento solicitando apoio parlamentar para um projeto que consistia na redução dos preços das passagens aéreas. Segundo Gaguim, a aprovação do mesmo possuía, entre outros benefícios, a capacidade de fortalecer o turismo no estado do Tocantins (BRASIL, 2019a).

Outro registro de destaque, em 2019, o Deputado Leur Lomanto Junior, representante da Bahia, fez um requerimento solicitando audiência pública para debater sobre a relevância econômica que a pesca esportiva oceânica e a pesca esportiva em rios estavam agregando ao turismo, uma vez que 5,6% dos turistas internacionais são pescadores. No documento ele citou o Tocantins como um dos Estados referenciais na prática da pesca esportiva em rios (BRASIL, 2019b).

Em discurso de posse, naquele ano, o Deputado Osires Damaso, abordou discretamente na temática do turismo ao falar que o estado do Tocantins é rico em belezas naturais, bem como tem um povo acolhedor. Na ocasião convidou seus pares, para realizarem uma visita turística para conhecerem o estado do Tocantins (BRASIL, 2019c).

Mais uma vez, em caráter excepcional, registra-se a existência de outro projeto que beneficia o turismo no Tocantins, não oriundo da bancada do Tocantins, proposto pelo Deputado Josimar Maranhãozinho. O denominado PL 4058/20, entre as medidas presentes em seu escopo, incentivadoras do turismo sustentável, aborda o desenvolvimento sustentável da região hidrográfica do Tocantins-Araguaia, bem como proteção do seu patrimônio cultural, que incluem áreas como o Jalapão e a Chapada dos Veadeiros (BRASIL, 2020a).

Em discurso proferido em 2020, o Deputado Tiago Dimas manifesta o seu apoio a Embratur e falou de sua importância enquanto entidade fomentadora do Turismo, para o desenvolvimento da região turística do Jalapão (BRASIL, 2020b).

Desde o início de 2021 o governo estadual vem colocando em prática ações do Programa de Parcerias e Investimentos do Governo do Estado do Tocantins, que visam entre as principais ações a concessão das Unidades de Conservação do Jalapão e do Cantão para iniciativa privada. O argumento do governo estadual é que tais concessões favoreceriam e potencializariam a atividade turística no estado, gerando maiores receitas e desenvolvimento local, além dos benefícios adicionais da melhora da infraestrutura, como a pavimentação a muito reivindicada do acesso a região do Jalapão. Pavimentação que já está sendo implementada até o município de São Félix do Tocantins.

Outra ação importante do Programa na região é a possibilidade de abertura de licitação para construção de um aeroporto na região do Jalapão. Segundo o Secretário Executivo do Estado do Tocantins, Robson Ferreira:

⁸ A ponte, que terá 1.720 metros, sendo a maior do estado do Tocantins, se encontra em construção e as primeiras estacas já foram fincadas em 2020.

Os dois parques contabilizaram entorno de 50 mil visitantes por ano e 90% dessas visitas acontecem no Jalapão. A meta, em médio prazo, é ampliar isso para 500 mil visitantes ao ano. Ainda vale lembrar que uma vez dentro do Tocantins esses turistas vão conhecer Palmas e outros atrativos, o que vai aumentar muito os atrativos (TOCANTINS, 2021).

Finaliza-se esta seção destacando que o levantamento histórico das políticas públicas, além evidenciar os deputados que ao passarem pela Câmara citaram o turismo em seus discursos - um total de cinco, ou seja, 9,6% dos parlamentares - também foi relevante para se mapear as principais atividades turísticas praticadas no Estado, mencionadas pelos mesmos, a saber: Ecoturismo, Turismo de Pesca, Turismo de Aventura, Turismo Rural, Turismo de Sol e Praia.

Deputados Federais do Tocantins: Dados e estatísticas sobre a vida pública no período 1988–2021 com ênfase no Turismo

Esta seção foi elaborada a partir de consultas realizadas no portal da Câmara dos Deputados, entre os meses de maio de 2021 e janeiro de 2022, ambiente virtual onde se encontram as principais informações sobre os deputados que integram, ou integraram o poder legislativo brasileiro.

Após buscar identificar entre os documentos disponíveis de autoria dos parlamentares, aqueles que continham ligação com o Turismo, ação que forneceu, por exemplo, dados sobre os municípios turísticos e número de emendas voltadas ao Turismo, realizamos uma análise de itens como: *Proposições de Autoria do Deputado*, *Proposições de Autoria do Deputado Transformadas em Norma Jurídica*, *Proposições Relatadas pelo Deputado* e *Proposições Relatadas Transformadas em Norma Jurídica*, sempre almejando identificar o vínculo com o turismo. As informações serviram para compor as tabelas e análises desta seção.

Desde sua formação como Estado, em 1988, o Tocantins elegeu o total de 52 Deputados Federais que atuaram em nove legislaturas, 48^o à 56^a (atual), entre os anos de 1989 e 2021. Nesta seção, destacar-se-ão as suas ações na Câmara dos Deputados objetivando conhecer melhor suas realizações enquanto políticos, evidenciando, principalmente, projetos relativos ao turismo. Neste sentido, primeiramente foram construídas três tabelas informativas que amplificarão a percepção sobre o perfil e atuação de cada deputado. As informações utilizadas também se encontram no site da Câmara dos Deputados⁹.

Na tabela 1, foi enumerado o nome de todos os Deputados, vínculo partidário, tempo de exercício no Parlamento, número de políticas públicas (Proposições Gerais, Proposições Relatadas), número de políticas públicas em turismo (Proposições Abordando o Turismo, Discursos Abordando o Turismo, Emendas Para o Turismo) e verificar o número de municípios citados como turísticos.

⁹ O endereço contendo as informações de todos os deputados é: <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao/resultado?search=&partido=&uf=TO&legislatura=&sexo=&pagina=1>

Tabela 1: Informações sobre as atividades voltadas ao turismo dos Deputados Federais do Tocantins

Nome	Partido	Exercício	Proposições Gerais ¹⁰	Proposições Relatadas	Proposições Abordando o Turismo ¹¹	Discursos Abordando o Turismo	Emendas Para o Turismo	Município de Interesse para o Turismo
Paulo Sidnei	PMDB	1989-1991	03	0	0	0	-	-
Alziro Gomes	PFL	1989-1991	01	0	0	0	-	-
Eduardo Campos	PDC	1989-1992	20	01	0	0	-	-
Ary Valadão	PPB	1989-1991/1996 (2 legisl.)	14	0	0	0	-	-
Paulo Mourão	PSDB	1989-2003 (4 legisl.)	71	06	0	0	-	-
Merval Pimenta	PMDB	1991-1995	06	01	0	0	-	-
Hagahús Araújo	PMDB	1991-1995	04	01	0	0	-	-
Odir Rocha	PPB	1995	02	0	0	0	-	-
Melquíades Neto	PFL	1992-1998 (2 legisl.)	0	0	0	0	-	-
Izidório Oliveira	PMDB	1996	0	0	0	0	-	-
Eudoro Pedroza	PMDB	1996	0	0	0	0	-	-
Udson Bandeira	PMDB	1995-2000 (2 legisl.)	06	03	0	0	-	-
Rainel Barbosa	PMDB	2000	01	0	0	0	-	-
João Ribeiro	PFL	1995-2003 (2 legisl.)	31	08	0	0	-	-
Igor Avelino	PMDB	1999-2003	23	08	0	0	-	-
Dolores Nunes	PMDB	1995-1999/2001-2002 (2 legisl.)	13	01	0	0	-	-
Antônio Jorge	PTB, PFL, PPR	1995-1999/1999-2003 (2 legisl.)	82	06	0	0	-	-
Ronaldo Dimas	PSDB	2003-2007	1028	35	0	0	-	-
Amarildo Silva	PSC, PPB, PSB	1999-2003/2003-2007 (2 legisl.)	842	51	0	0	-	-
Maurício Rabelo	PR, PSD	2003-2007	878	36	02	02	-	16
Kátia Abreu	PFL	2000-2007(2 legisl.)	708	16	01	0	-	03
Homero Barreto	PTB, PFL	2003-2007	373	17	0	0	-	-
Edmundo Galdino	PDT, PSDB	1989-1995/2001-2007 (4 legisl.)	58	04	0	0	-	-
Derval de Paiva	PMDB	1991-1994/2003-2007 (2 legisl.)	137	0	0	0	-	-
Darci Coelho	PFL	1991-2007 (4 legisl.)	1642	125	0	0	-	-
Ana Alencar	PSDB	2003-2007	92	01	0	0	-	-
Vicentinho Alves	PR	2007-2011	525	15	0	0	-	-
Moisés Avelino	PMDB	1989-1991/2007-2011 (2 legisl.)	478	39	01	0	-	06
Júnior Marzola	PFL	2007-2011	0	0	0	0	-	-
João Oliveira	PFL	2007-2011	323	28	01	0	-	02
Oswaldo Reis	PMDB, PPB, PP, PDC	1991-2015 (6 legisl.)	1735	30	01	0	-	-
Nilmar Ruiz	PEN, PR, PFL	1999-2003/2007-2015(3 legisl.)	317	45	0	0	-	-
Leomar Quintanilha	PMDB, PPR, PDC	1989-1995/2011-2015(3 legisl.)	28	03	0	0	-	-
Laurez Mourreira	PSB, PFL	2007-2015 (2 legisl.)	115	20	0	0	-	-
Júnior Coimbra	PMDB	2011-2015	201	24	0	0	-	-
Goiaciara Cruz	PR	2011-2015	06	0	0	0	-	-
Eduardo Gomes	PSDB	2003 – 2015 (3 legisl.)	1199	29	01	0	-	01
Ângelo Agnolin	PDT	2011 - 2015	182	16	0	0	-	-
Lázaro Botelho	PP	2007-2019 (3 legisl.)	709	42	0	0	-	-
Josi Nunes	PMDB	2015-2019	240	11	01	0	-	01
Irajá Abreu	PSD	2011-2019 (2 legisl.)	180	23	03	0	-	03
Freitas do PT ¹²	PT	2015-2019	0	0	0	0	-	-
Freire Júnior	PMDB, PRN	1989-2003/2007-2011/2015-2019 (6 legisl.)	380	47	0	0	-	-

¹⁰ Propostas, Requerimentos, Substitutivo, Emendas etc.

¹¹ Número de Requerimentos, Substitutivo, Emendas etc. abordando o turismo.

¹² Não existem dados disponibilizados sobre os deputados: Melquíades Neto, Izidório Oliveira, Eudoro Pedroza, Júnior Marzola e Freitas do PT.

César Halum	PPS, PRB	2011-2019 (2 legisl.)	493	41	05	0	-	01
Vicentinho Júnior	PR, PL	2015-2023 (2 legisl.)	229	01	02	03	01	04
Tiago Dimas	Solidariedade	2019 - 2023	266	12	03	01	-	01
Dorinha Rezende	DEM	2011-2023(3 legisl.)	1395	116	03	0	02	05
Osires Damaso	PSC	2019 - 2023	86	08	0	01	-	-
Eli Borges	Solidariedade	2019 - 2023	339	07	0	0	-	-
Dulce Miranda	MDB	2015-2023(2 legisl.)	306	19	0	0	-	-
Célio Moura	PT	2019 - 2023	818	06	04	0	-	-
Carlos Gaguim	PMDB, DEM	2015-2023 (2 legisl.)	1070	30	04	03	-	05

Elaboração autores (2022).

No quadro 2, abaixo, o foco foi fazer o levantamento dos Deputados que citaram cidades turísticas, catalogando o nome de cada município (um aprofundamento do item “Município de Interesse para o Turismo” contido na tabela 1).

Quadro 2: Municípios Turísticos (lugares) no Tocantins citados como turísticos por deputados

Deputado Federal	Municípios
Maurício Rabelo	Natividade, Porto Nacional, Arraias, Araguacema, Caseara, Ponte Alta, Monte do Carmo, Mateiros, Novo Acordo, Lajeado, Pium, Xambioá, São Félix do Jalapão, Ilha do Bananal, Cantão e Palmas.
Kátia Abreu	Peixe, São Salvador e Brejinho de Nazaré.
Moisés Avelino	Araguacema, Araguatins, Caseara, Couto Magalhães, Pau D’Arco, e Xambioá.
João Oliveira	Ilha do Bananal (Formoso) e Jalapão (São Félix do Tocantins).
Eduardo Gomes	Bacia do rio Araguaia
Josi Nunes	Dianópolis
César Halum	Augustinópolis
Vicentinho Júnior	Lajeado, Miracema, Ilha do Bananal e Jalapão.
Tiago Dimas	Jalapão
Dorinha Rezende	Lagoa da Confusão, Itacajá, Araguaína, Maurilândia e Miracema do Tocantins
Carlos Gaguim	Jalapão, Cantão, Porto Nacional, Araganã e Palmas

Fonte: Elaboração autores (2022).

Por fim, quadro 3, encontramos o nome dos Deputados, a quantidade de políticas públicas transformadas em Normas Jurídicas e uma identificação da Norma Jurídica.

Quadro 3: Proposições e normas jurídicas por Deputado Federal tocantinense (1995-2020)

Deputado Federal	Nº de Proposições transformadas em Normas Jurídicas	Normas Jurídicas
Rainel Barbosa	01	Lei Ordinária 10569/2002
Ronaldo Dimas	02	PRC-189/2005 e PEC-215/2003
Amarildo Silva	03	PLV-64/2004; PEC-138/2003; PEC-416/2005
Maurício Rabelo	05	PL-192/2003; PRC-102/2003; PRC-189/2005; PRC-3849/2004; PEC-215/2003
Kátia Abreu	03	PL-4415/2001; PRC-79/2003; PRC-189/2005
Homero Barreto	02	PEC-138/2003; PEC-215/2003
Darci Coelho	05	PRC-189/2005; PEC-413/2005; PEC-138/2003; PEC-416/2005; PEC-215/2003

Vicentinho Alves	01	PRN-2/2008
João Oliveira	01	PL-1595/2007
Oswaldo Reis	05	PRC-189/2005; PEC-138/2003; PRN-2/2008; PEC 416/2005; PEC-215/2003
Nilmar Ruiz	03	PLV-9/2003; PL-5434/2005; PL-7264/2010
Eduardo Gomes	03	PLV-9/2003; PL-5434/2005; PL-7264/2010
Josi Nunes	02	PL-3792/2015; PL-2565/2015
Irajá Abreu	02	PL-7790/2014; PL-7093/2014
Freire Júnior	02	PLV-12/2002; PL-1096/1995
Tiago Dimas	01	PL-5043/2020
Dorinha Rezende	11	PL-4682/2012; PL-8117/2014; PL-4639/2016; PL-1291/2020; PL-1142/2020; PRC-71/2020; PRC-54/2020; PRC-59/2020; PRC-55/2020; PL-4372/2020; PL-3477/2020.
Eli Borges	01	PRC-84/2019
Dulce Miranda	04	PL-4639/2016; PL-3452/2015; PL-1291/2020; PL-3932/2020.
Célio Moura	03	PL-1142/2020; PL-2508/2020; PL-735/2020

Fonte: Elaboração autores (2022).

Antes de adentrarmos as análises em políticas públicas no âmbito do turismo, é necessário construir um pano de fundo mais abrangente sobre o cenário político tocantinense a partir dos dados dispostos na tabela e quadros supracitados. Neste momento, cabe-nos verificar variáveis como número de partidos, deputados do sexo masculino e feminino, número de proposições, nº de relatorias, partidos políticos com maior presença na Câmara etc. As novas informações estarão dispostas nas tabelas 2, 3 e 4, sequencialmente, tabela 5, dados sobre o turismo.

Atividades política na Câmara Federal: informações gerais sobre os parlamentares tocantinenses

Dos cinquenta e dois Deputados eleitos, totalizando sessenta e nove mandatos, quarenta e quatro foram do sexo masculino (85%) e oito do sexo feminino (15%). Destes, vinte e seis foram reeleitos pelo menos uma vez, ou seja, 50% dos deputados, o que demonstra uma tendência para fixação dos deputados na carreira política.

Tabela 2: Número de mandatos de Deputados no Estado de Tocantins (1988 – 2021)

Número de mandatos	Número de Deputados	Representação em %
Dois	16	30,7%
Três	5	9,6%
Quatro	3	5,7%
Cinco	-	-
Seis	2 ¹³	3,8%

Elaboração autores (2022).

Até a conclusão deste texto, vinte e dois partidos já foram representados pelos Deputados do Tocantins. Observa-se que existe um trânsito partidário com certa intensidade no estado, posto que dos vinte e seis Deputados que tiveram a oportunidade de serem reeleitos, onze mudaram de partido (42,3%) para disputar novas eleições.

¹³ Uma média de 23 anos na Câmara dos Deputados.

Tabela 3: Trânsito partidário (1988 -2021)

Deputados que foram membros de:	Número de deputados	Representação em %
2 partidos	8	15,3%
3 partidos	4	7,6%
4 partidos	1	1,9%

Fonte: Elaboração autores (2022).

Dentre os partidos, o que mais elegeu deputados foi o PMDB, dezessete no total (24,6% do total de mandatos), seguido pelo PFL com onze (15,9% dos mandatos) e o PSDB com cinco candidatos eleitos (7,2% dos mandatos). Porém, destaca-se que dentre os oito Deputados Federais em exercício (2019 – 2023) os partidos que possuem o maior número de deputados eleitos são o DEM e o Solidariedade, ambos com dois deputados eleitos, totalizando 50% da bancada do Tocantins.

Tabela 4: Influência Partidária no Estado de Tocantins (1988 – 2021)

Partidos	Nº Deputados Eleitos	% do total de mandatos
PMDB	17	24,6%
PFL	11	15,9%
PSDB	05	7,2%
PDC	04	5,7%
PPB	04	5,7%
PR	04	5,7%
PDT	02	2,8%
PT	02	2,8%
PPR	02	2,8%
PSC	02	2,8%
PSD	02	2,8%
PTB	02	2,8%
Solidariedade	02	2,8%
DEM	02	2,8%
PP	01	1,44%
PSB	01	1,44%
PEN	01	1,44%
PRN	01	1,44%
PPS	01	1,44%
PRB	01	1,44%
PL	01	1,44%
MDB	01	1,44%

Fonte: Elaboração autores (2022).

Desde os primeiros mandatos até o exercício dos atuais Deputados, registram-se o somatório de dezessete mil seiscentos e cinquenta e cinco (17.655) proposições de autoria dos mesmos sendo que apenas quarenta e três (43)¹⁴ delas foram transformadas em normas jurídicas o que equivale a

¹⁴ Quando somamos o número de proposições transformadas em normas jurídicas - sejam elas Propostas de Emenda Constitucional (PEC), Projeto de Lei (PL), Projeto de Resolução (PRC), Projeto de Lei de Conversão (PLV), Projeto de Resolução do Congresso Nacional (PRN) ou Lei Ordinária - chegamos ao resultado total de 60, porém, o número real são 43 normas jurídicas, pois, algumas foram feitas em parceria, por dois ou mais deputados do Tocantins, conferindo crédito a todos os envolvidos, razão pela qual o simples somatório não apresenta o quadro real. As

0,2% do total de proposições elaboradas¹⁵. Entre os cinquenta e dois deputados apenas vinte possuem proposições transformadas em normas jurídicas, sejam elas projetos individuais ou compartilhados, ou seja, 38,4% dos deputados que passaram (ou estão em exercício) pela Câmara dos Deputados.

Atividades política na Câmara Federal: ações dos parlamentares tocantinenses voltadas ao Turismo

Analisando a atividade turística ao longo de 33 anos, percebe-se a necessidade de maiores ações parlamentares para que o estado garanta investimentos oriundos da esfera pública a fim de se tornar um atrativo com maior destaque no cenário nacional e internacional. Conforme será exposto aqui, a pauta do Turismo ainda tem sido defendida timidamente através da bancada tocantinense na Câmara Federal.

De acordo com os dados obtidos no quadro 3, dentre os 52 deputados eleitos no período histórico abordado, apenas 15 realizaram algum tipo de ação voltada ao turismo no Congresso Nacional, indicando que uma baixa porcentagem, 28,8%, incluíram, mesmo que discretamente, a temática do turismo em sua agenda. Ao se observar as dezessete mil seiscentos e cinquenta e cinco proposições (17.655) apresentadas pelos parlamentares apenas trinta e duas (32) contemplam o turismo o que corresponde a 0,18% dos documentos. Dentre as quarenta e três normas jurídicas criadas pelos deputados nenhuma contemplou diretamente o Turismo.

Em relação aos 139 municípios tocantinenses, 30 foram mencionados nos registros como sendo lugares turísticos (Tabela 5), ou seja, 21,5% das cidades. O destaque foi para o Jalapão (São Félix do Tocantins) mencionado por cinco deputados, seguido por Ilha do Bananal (Formoso) mencionada por três deputados. Abaixo tabela contendo os municípios citados na Câmara dos Deputados:

Tabela 5: Municípios Turísticos citados pelos deputados tocantinenses em discurso na Câmara dos Deputados

Municípios citados pelos parlamentares	Nº de deputados que mencionaram
Araguaína	01
Araguacema	02
Araguanã	01
Araguatins	01
Arrais	01
Augustinópolis	01
Brejinho de Nazaré	01
Cantão	02
Couto Magalhães	01
Caseara	02
Dianópolis	01
Itacajá	01
Ilha do Bananal (Formoso)	03
Jalapão (São Félix do Tocantins)	05
Lajeado	01

normas jurídicas elaboradas por dois ou mais parlamentares foram: PEC-215/2003 (5 deputados); PEC-138/2003 (4); PEC-416/2005 (3); PRC-189/2005 (5); PL-4639/2016 (2); PL 1291/2020 (2); PRN-2/2008 (2).

¹⁵ A primeira norma jurídica data de 2001 que foi a PL 4415/2001.

Lagoa da Confusão	01
Maurilândia	01
Miracema	02
Monte do Carmo	01
Mateiros	01
Novo Acordo	01
Natividade	01
Porto Nacional	02
Ponte Alta	01
Pium	01
Peixe	01
Palmas	02
Pau D'Arco	01
São Salvador	01
Xambioá	02

Fonte: Elaboração autores (2022).

Estes dados são importantes na medida em que ajudam a ampliar o entendimento sobre os locais percebidos pelos tocantinenses, como detentores de potencial para o Turismo, servindo como auxílio aos gestores na tomada de decisão, indicando os espaços que precisam de projetos e investimento na atividade turística.

Com base nos dados obtidos, principalmente tomando como referência o quadro 2 e as tabelas 1 e 5, o Turismo no Estado do Tocantins apresenta três fases. Ei-las: *Turismo Inconsciente*; *Consciência Turística* e; *Expansão do Turismo*.

A primeira, *Turismo Inconsciente*, vai de 1988 até 2002. Nesta fase aconteceu uma atividade turística, porém, o despertar para atividade em si mesma, enquanto fonte de renda e desenvolvimento para o estado não aconteceu. Este período tem o seu marco na fundação do estado do Tocantins em 1988, e, sequencialmente, 1989, a inauguração da capital do estado, Palmas. Estes eventos atraíram milhares, de turistas domésticos e internacionais para o estado, grande parte deles políticos, autoridades, gestores de empresas, empreendedores etc., que se deslocaram até o novo estado buscando conhecer suas potencialidades, antes de instalar qualquer organização ou investir em projetos. Citamos, como exemplo, o príncipe Charles que visitou o Tocantins em 2002.

A segunda, *Consciência Turística* (2002-2019), marca o início de ações e percepções mais aguçadas de alguns políticos do estado, que passaram a enxergar a atividade turística como fonte geradora de emprego e renda¹⁶. Em 2002, a nível municipal, foi criada a primeira agência do estado que trabalhava o turismo na cidade de Palmas. No ano 2003, aconteceram as primeiras políticas públicas voltadas ao turismo tocantinense na Câmara dos Deputados¹⁷. Este momento coincide com a criação do Ministério do Turismo, também em 2003, instituição relevante para incentivar os políticos brasileiros sobre a necessidade de pensar o Turismo e incluí-lo em suas pautas. Após consulta às AGETUR e ADETUC¹⁸ sobre agências e instituições (algumas não existem mais), reconhecidas como importantes para o turismo do estado, todas criadas neste período, a saber: Agência do Meio Ambiente e Turismo (AMATUR)¹⁹ em 2002; Agência de Desenvolvimento

¹⁶ As ações voltadas ao turismo já resultaram na criação de três PDITS: Jalapão, Cantão e Palmas.

¹⁷ O primeiro discurso voltado ao turismo de um deputado federal do TO.

¹⁸ As conversas ocorreram por telefone e trocas de e-mail no mês de maio de 2021.

¹⁹ Foi a primeira organização pública voltada ao turismo de todo o estado atuando localmente na capital do estado. Durou poucos anos.

Turístico do Estado do Tocantins (ADTUR), fundada em 2005²⁰; Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo na UFT (Araguaína) em 2007; Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental na UFT (Arraias) em 2013; Curso tecnólogo Gestão em Turismo, ano 2013 no IFTO (Palmas); Agência Municipal de Turismo de Palmas (AGETUR) em 2013; Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa (ADETUC), fundada em 2019 etc.²¹ Uma das primeiras ações da ADETUC foi desenvolver um observatório em Turismo criado em 2019²².

O atual momento vivenciado pelo turismo tocantinense, além de desenvolver ações de enfrentamento aos efeitos da Covid-19, busca tornar o estado conhecido tanto nacionalmente como internacionalmente, ou seja, é uma fase de *Expansão do Turismo*, iniciada em 2019. De acordo com a tabela 1, é neste período que ocorre o maior número de políticas públicas voltadas ao turismo na Câmara dos Deputados. Entre os objetivos está o de promover o turismo no estado. Outro exemplo é a criação do Plano Municipal do Turismo de Palmas, elaborado para o período 2020-2030, possuidor de uma forte ênfase em trabalhar ações em marketing.

Considerações Finais

Conforme anunciado na introdução deste artigo, a questão problema que norteou a construção deste texto almejava um levantamento histórico das políticas públicas em turismo desenvolvidas pelos Deputados Federais tocantinenses, que passaram (ou estão passando) pela Câmara dos Deputados, desde a fundação do estado até o presente.

Os dados e análises aqui obtidos, além de ampliar a percepção da atuação da bancada do Tocantins no Parlamento na história, serviram de base para a construção de uma historização e identificação de três fases sobre o comportamento do setor turismo tocantinense: *Turismo Inconsciente*; *Consciência Turística* e *Expansão do Turismo*. Essas fases, no âmbito de Políticas Públicas em Turismo, podem se tornar informações úteis para estudos analíticos e comparativos subsequentes em outras escalas territoriais brasileiras.

Percebeu-se, nas reflexões aqui estabelecidas, que o engajamento dos representantes do povo, incentivando o Turismo através de políticas públicas, é uma ação fundamental para que o setor possa atingir todo o seu potencial. É necessário que os setores dependentes da atividade turística façam maior pressão na Câmara para que todos os representantes políticos incluam em suas pautas a temática do turismo, seja no uso da tribuna com maior frequência para promover os produtos turísticos em suas unidades federativas de origem, expondo as necessidades de infraestrutura, angariar fundos e parcerias, seja no sentido de criar normas jurídicas que beneficiem o setor e criando estratégias para que estas políticas se tornem efetivas.

No levantamento histórico exposto à cima, percebe-se a apresentação de Deputados tocantinenses, em seus diversos mandatos e em seus discursos na Câmara, destacando a importância do setor turismo para o Estado de Tocantins, mapear as principais atividades turísticas praticadas no Estado, mencionadas pelos mesmos, a saber: Ecoturismo, Turismo de Pesca, Turismo de Aventura, Turismo Rural, Turismo de Sol e Praia.

²⁰ Seu objetivo era promover o desenvolvimento do turismo sustentável do estado, porém, passou por algumas modificações ao longo dos anos, sendo chamada de Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turístico (SEDEN). Em 2016 ela incorporou a Secretaria da Cultura e a Agência Tocantinense de Ciência, Tecnologia e Inovação. Atualmente a SEDEN não existe mais cedendo lugar a ADETUC.

²¹ Outras organizações que surgiram neste período foram: Conselho Empresarial de Turismo da Fecomércio Tocantins (Cetur), COMTUR – Conselho Municipal de Turismo de Palmas (juntamente com todas as entidades que o compõem); ABAV-TO.

²² Site do observatório: <https://observatorio.turismo.to.gov.br/>

A presente análise não buscou avaliar a aplicabilidade, ou efetividade das políticas públicas documentadas, antes se constitui em um levantamento histórico de pretensas ações discutidas por governantes, e análises quantitativas, objetivando fornecer um quadro amplo das ações voltadas ao turismo por parte dos deputados federais em cerca três décadas.

Referências

BENI, Mario Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BEYME, Klaus Von. Policy Analysis und Traditionelle Politikwissenschaft. In: Hans-Hermann Hartwich (org.): **policy-Forschung in der Bundesrepublik Deutschland**. Ihr Selbstverständnis und ihr Verhältnis zu den Grundfragen der Politikwissenschaft. Opladen: Westdeutscher Verlag, p.7-29, 1985.

BRAMWELL, Bill. Selecionando instrumentos de política para o turismo sustentado. In: Theobald, W. F. (org.) **Turismo global**. São Paulo: SENAC, 375-392. 2001.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Quem são os dos deputados**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao/resultado?search=&partido=&uf=TO&legislatura=&sexo=&pagina=1>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Discurso do Deputado Eduardo Gomes. Câmara, 2003a. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=046.1.52.O&nuQuarto=152&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:02&sgFaseSessao=GE%20%20%20%20%20%20%20&Data=11/04/2003&txApelido=EDUARDO%20GOMES&txFaseSessao=Grande%20Expediente%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20&dtHoraQuarto=14:02&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

_____. Câmara dos Deputados. Discurso do Deputado Maurício Rabelo. Câmara, 2003b. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=220.1.52.O&nuQuarto=19&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:18&sgFaseSessao=GE%20%20%20%20%20%20%20&Data=10/10/2003&txApelido=MAUR%C3%8DCIO%20RABELO>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

_____. Câmara dos Deputados. Requerimento de informação. Câmara, 2003c. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0hseg3b3gdwpkfswws86oocq22518612.node0?codteor=148347&filename=Tramitacao-RIC+585/2003#:~:text=Sollicita%20informa%C3%A7%C3%B5es%20C3%A0%20Senhora%20Ministra%20de%20Minas%20e%20Energia%2C%20sobre,12%20de%20Julho%20de%202003.&text=No%20%20C3%BAltimo%20dia%2010%2C%20marcava,s%C3%A1bado%2C%20atingiu%201.098%20metros%20c%C3%BAbicos>. Acesso em: 17 mar. 2021.

_____. Câmara dos Deputados. **PL 2812/2003**. Câmara, 2003d. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=149681>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

_____. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Vicentinho Alves**. Câmara, 2007a. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=156.1.53.O&nuQuarto=10&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:27&sgFaseSessao=PE&Data=22/06/2007&txApelido=VICENTINHO%20ALVES,%20PR->>

%20%20%20%20%20%20&Data=29/06/2017&txApelido=CARLOS%20HENRIQUE%20GAGUIM&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>. Acesso em: 22 abr. 2021.

_____. Câmara dos Deputados. Requerimento. Câmara, 2017b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=B07FEF9E6DF13F15DDC6866B91E26CBE.proposicoesWebExterno2?codteor=1525741&filename=Tramitacao-INC+3030/2017>. Acesso em: 03 mai. 2021.

_____. Câmara dos Deputados. Discurso do Deputado Carlos Henrique Gaguim. Câmara, 2017c. Disponível

em:<[https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=198.3.55.O&nuQuarto=16&nuOrador=2&nuInsercao=17&dtHorarioQuarto=09:30&sgFaseSessao=OD&Data=02/08/2017&txApelido=CARLOS%20HENRIQUE%20GAGUIM,PODE-](https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=198.3.55.O&nuQuarto=16&nuOrador=2&nuInsercao=17&dtHorarioQuarto=09:30&sgFaseSessao=OD&Data=02/08/2017&txApelido=CARLOS%20HENRIQUE%20GAGUIM,PODE-TO&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=09:30&txEtapa=>)

TO&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=09:30&txEtapa=>. Acesso em: 05 mai. 2021.

_____. Câmara dos Deputados. Discurso do Deputado Carlos Henrique Gaguim. Câmara, 2019a. Disponível

em:<[https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=16.2019&nuQuarto=80343&nuOrador=4&nuInsercao=4&dtHorarioQuarto=16:20&sgFaseSessao=BC&Data=25/02/2019&txApelido=CARLOS%20HENRIQUE%20GAGUIM,%20DEM-](https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=16.2019&nuQuarto=80343&nuOrador=4&nuInsercao=4&dtHorarioQuarto=16:20&sgFaseSessao=BC&Data=25/02/2019&txApelido=CARLOS%20HENRIQUE%20GAGUIM,%20DEM-TO&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:20&txEtapa=>)

TO&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:20&txEtapa=>. Acesso em: 07 mai. 2021.

_____. Câmara dos Deputados. Comissão de Turismo. Câmara, 2019b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E11E7FDA9F818344F8AA1714024F751E.proposicoesWebExterno1?codteor=1728724&filename=REQ+31/2019+CTUR>. Acesso em: 08 mai. de 2021.

_____. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Osires Damaso.** Câmara, 2019c. Disponível

em:<[https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=9.2019&nuQuarto=74771&nuOrador=2&nuInsercao=2&dtHorarioQuarto=15:00&sgFaseSessao=PE&Data=14/02/2019&txApelido=OSIRES%20DAMASO,%20PSC-](https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=9.2019&nuQuarto=74771&nuOrador=2&nuInsercao=2&dtHorarioQuarto=15:00&sgFaseSessao=PE&Data=14/02/2019&txApelido=OSIRES%20DAMASO,%20PSC-TO&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:00&txEtapa=>)

TO&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:00&txEtapa=>. Acesso em: 10 mai. 2021.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto busca proteção ambiental da região hidrográfica do Tocantins-Araguaia.** Câmara, 2020a. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/692970-projeto-busca-protacao-ambiental-da-regiao-hidrografica-do-tocantins-araguaia/>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

_____. Câmara dos Deputados. **Discurso do Deputado Tiago Dimas.** Câmara, 2020b. Disponível em:

<[https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=53.2020&nuQuarto=281595&nuOrador=1&nuInsercao=1&dtHorarioQuarto=20:44&sgFaseSessao=OD&Data=27/04/2020&txApelido=TIAGO%20DIMAS,%20SOLIDARIEDADE-](https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=53.2020&nuQuarto=281595&nuOrador=1&nuInsercao=1&dtHorarioQuarto=20:44&sgFaseSessao=OD&Data=27/04/2020&txApelido=TIAGO%20DIMAS,%20SOLIDARIEDADE-TO&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=20:44&txEtapa=>)

TO&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=20:44&txEtapa=>. Acesso em: 17 mai. de 2021.

BRASIL. IBGE. 2020. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>> Acesso em: 16 jul. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Boletim do Turismo Doméstico Brasileiro, terceiro trimestre de 2019.** Disponível em:<<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-54-03/demandatur%C3%ADstica-nacional.html>> Acesso em: 15 jun. 2022.

DIAS, Reinaldo.; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas. 2012.

FARIAS, Kássia Suelen da Silva. Principais políticas de fomento do turismo na Amazônia: análise dos primeiros planos de turismo da Amazônia (PTA I e II) e do PROECOTUR. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 2, n. 2, p.183-205, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/336613203_Principais_politicas_de_fomento_do_turismo_na_Amazonia_analise_dos_primeiros_planos_de_turismo_da_Amazonia_PTA_I_e_II_e_do_PROECOTUR>. Acesso em: 03 Ago. 2022.

FIGHERA, Daniela da Rocha. **A efetividade do projeto de cidade ecológica de Palmas (TO) pelos seus espaços verdes**. Palmas: UFT. Dissertação (Mestrado Ciências do Ambiente) – Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2005.

FREY, Klaus. Análise de Políticas Públicas: algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira. **Cadernos de Pesquisa**. Santa Catarina: n.18, 1-36, 1999. Disponível em: <https://www.academia.edu/2977746/An%C3%A1lise_de_pol%C3%ADticas_p%C3%ABlicas_algumas_reflex%C3%B5es_conceituais_e_suas_implica%C3%A7%C3%B5es_para_a_situa%C3%A7%C3%A3o_brasileira>. Acesso em: 05 jul. 2022.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GRUBER SANSOLO, Davis. Políticas e planejamento do turismo na Amazônia. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 13, núm. 1, p. 105-119, 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1154/115426219007.pdf>>. Acesso em: 25 abr. de 2022.

HALL, Michael. A typology of governance and its implications for tourism policy analysis. **Journal of Sustainable Tourism** 19(4), 437-457. 2011. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09669582.2011.570346>> Acesso em: 04 jul. de 2022.

MOSER, Giancarlo; CARVALHO, Verônica Maria. Intermitências na gestão pública em Turismo: um estudo sobre o Patrimônio Cultural edificado de Blumenau e políticas públicas voltadas ao turismo. **Turismo Visão e Ação**, v.23, n. 2, p: 391-414, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tva/a/6pqPBvw9ZSbbnGLKDLkJL7D/?lang=pt>>. Acesso em: 05 jul. 2022.

NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça. Perspectiva e entraves para o desenvolvimento de políticas setoriais de turismo na Amazônia: Discussões acerca do PROECOTUR no Estado do Pará. In Figueiredo, S. L. (Org). **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém: UFPA/NAEA. 2008.

NASCIMENTO, Vânia Lúcia Quadros. **Políticas Públicas de ecoturismo e participação: a trajetória do PROECOTUR no Pólo Belém/Costa Atlântica**. Belém: UFPA/NAEA. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Pará, 2009.

OBSERVATÓRIO DO TURISMO. 2019. Disponível em: <<https://observatorio.turismo.to.gov.br/>>. Acesso em: 20 de mai. de 2021.

PERIÓDICOS CAPES/MEC. Disponível em:<<https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?>>. Acesso em: 14 mai. 2021.

PLATTNER, Marc. Governança, Liderança e Democracia. **Nova Cidadania**, 51, p.16-19. 2013.

POLO Palmas. **Plano do Desenvolvimento do Turismo Sustentável (PDITS)**. 2016. Disponível em: <<http://antigo.turismo.gov.br/images/pdf/Publica%C3%A7%C3%B5es/PDITS/PALMAS.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

SCIELO. Disponível em: <<https://www.scielo.org/>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

SCOPUS/ELSEVIER. Disponível em: <<https://www.elsevier.com/pt-br/search-results?query=Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20Turismo%20Amaz%C3%B4nia%20Legal&page=1>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

SUDAM, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. **I Plano de turismo da Amazônia**. Belém: Sudam/ Departamento de Setores Produtivos da Amazônia, 1978. v. 1.

TOCANTINS. Estado de Beleza Natural. 2021. Disponível em: <<https://central.to.gov.br/download/5259>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

TOCANTINS, Secretaria de parcerias e investimentos. Governo do Tocantins apresenta técnicos do BNDES. 2021. Disponível em: <<https://www.to.gov.br/parcerias/noticias/governo-do-tocantins-apresenta-para-tecnicos-do-bndes-carteira-do-programa-de-parcerias-e-investimentos/1a7k4qnnlkcy>>. Acesso em: 23/07/2022.

Recebido para publicação em novembro de 2023.

Aprovado para publicação em julho de 2024.